



Número: **0801221-30.2016.8.15.0131**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Mista de Cajazeiras**

Última distribuição : **14/06/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IDALBERTO DE SOUZA LOPES (AUTOR)		JOSE BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
JAMACIR FERREIRA MOREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4085510	14/06/2016 11:15	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
4085517	14/06/2016 11:15	<a href="#">1 PETIÇÃO INICIAL IDALBERTO DE SOUZA LOPES</a>	Outros Documentos
4085552	14/06/2016 11:15	<a href="#">2 ATOS PROCURATÓRIOS</a>	Procuração
4085557	14/06/2016 11:15	<a href="#">3 QUALIFICAÇÃO CIVIL</a>	Documento de Identificação
4085562	14/06/2016 11:15	<a href="#">4 COMPROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA</a>	Outros Documentos
4085566	14/06/2016 11:15	<a href="#">5 BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Outros Documentos
4085572	14/06/2016 11:15	<a href="#">6 FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA DO SAMU</a>	Substabelecimento
4085576	14/06/2016 11:15	<a href="#">7 PRONTUARIO MÉDICO HOSPITALAR</a>	Outros Documentos
4085581	14/06/2016 11:15	<a href="#">8 EXTRATO DE INDEFERIMENTO</a>	Outros Documentos
4225556	29/06/2016 13:24	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
4245166	30/06/2016 11:54	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
4245490	30/06/2016 12:08	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
4245741	30/06/2016 12:21	<a href="#">Carta</a>	Carta
4421418	15/07/2016 11:31	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
4421419	15/07/2016 11:31	<a href="#">não encontrei o autor</a>	Devolução de Mandado
4558181	29/07/2016 11:18	<a href="#">Termo de Audiência PJe nº 0801221-30</a>	Termo de Audiência
4558184	29/07/2016 11:18	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
4754554	18/08/2016 13:04	<a href="#">Aviso de Recebimento</a>	Aviso de Recebimento
4754555	18/08/2016 13:04	<a href="#">DJ 06263283 8BR</a>	Aviso de Recebimento

49343 88	06/09/2016 11:05	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
53137 93	10/10/2016 09:43	<a href="#">OUTRAS PEÇAS</a>	OUTRAS PEÇAS
53137 99	10/10/2016 09:43	<a href="#">AR DJ 06263283 8 BR</a>	Aviso de Recebimento
67840 37	01/03/2017 16:12	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
87003 52	13/07/2017 12:46	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
89763 23	01/08/2017 15:50	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
95876 10	06/09/2017 13:28	<a href="#">Requerimento Perícia</a>	Petição
95876 45	06/09/2017 13:28	<a href="#">IDALBERTO DE SOUZA LOPES Requerimento Perícia</a>	Outros Documentos
95876 47	06/09/2017 13:28	<a href="#">Anexo I . Quesitos para Perícia</a>	Outros Documentos
15304 408	16/07/2018 12:41	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
16886 205	28/09/2018 12:53	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
20985 450	07/05/2019 12:19	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo
21011 932	08/05/2019 09:58	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
21011 943	08/05/2019 10:01	<a href="#">Ofício</a>	Ofício
21012 353	08/05/2019 10:01	<a href="#">Ofício nº 219-2019</a>	Ofício
21574 378	30/05/2019 07:54	<a href="#">Ofício</a>	Ofício
21574 381	30/05/2019 07:54	<a href="#">Ofício Marcação de Perícia</a>	Ofício
21578 338	30/05/2019 10:04	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

ANEXO!





JOSÉ BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA  
OAB/PB 18.817

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE CAJAZEIRAS- PARAÍBA.

**IDALBERTO DE SOUZA LOPES**, brasileiro, solteiro, vendedor, portador do documento RG de nº 3041952 SSP/PB e CPF de nº 064.672.754-03, residente e domiciliada na localidade na Rua Tenente Barbosa, nº 06, bairro do Pio X, Cajazeiras/PB, CEP: 588900-000, por seu advogado *in fine* assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº. 6.194/74 com as alterações trazidas pela Lei nº. 11.482/07 c/c o art. 319 do NCPC/2015, propor a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita sob o CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na pessoa de seu responsável, com endereço na RUA SENADOR DANTAS Nº 74, 5ºANDAR - CENTRO RIO DE JANEIRO - RJ, CEP. 20031205- Fone: (021) 3861-4600 - FAX: 2240-9073, com endereço eletrônico [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), devendo ser regularmente citada para responder aos fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

**PRELIMINARMENTE:**

**DA GRATUIDADE PROCESSUAL:**

A promovente em face da impossibilidade de arcar com custas e gastos processuais vem requerer a **CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA.**

Determina a lei nº 1.060/50, que fará jus ao referido benefício àquele que não possuir condições financeiras suficientes para arcar com os gastos inerentes ao processo sem causar prejuízos ao seu sustento e da sua família.

Os custos e as demais despesas processuais latentes ao processo não podem ser suportados pelo promovente, sem, contudo, causar-lhe prejuízos e dificuldades na sua manutenção e sobrevivência.

A lei nº 1.060/50 é considerada medida especial, criada com o derradeiro fim de possibilitar que todos possam ter acesso efetivo ao Poder Judiciário,

Rua Horácio Nóbrega, SN, sala 3, Bairro Belo Horizonte- Posto Viola  
[joseoliveira.advogado@gmail.com](mailto:joseoliveira.advogado@gmail.com)

KA





JOSÉ BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA  
OAB/PB 18.817

efetivando o comando constitucional descrito no artigo no artigo 5º, XXXV da Carta Magna.

Outrossim, tal ato normativo condiciona a concessão do respectivo benefício a simples Declaração subscrita pelo próprio beneficiário da impossibilidade de suportar o acúmulo das despesas processuais com aquelas despendidas em seu sustento.

Por isso, requer o autor, que seja concedido o pedido de **JUSTIÇA GRATUITA**, uma vez que carece de recursos que possibilitem cumular os gastos processuais com o seu sustento, como declarado no documento em anexo.

### DOS FATOS

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte Autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **22/08/2015**, o que lhe causou **PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS MEMBROS INFERIORES E LESÕES DE ÓRGÃOS E ESTRUTURAS TORÁCICAS, DO ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES**, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se que a parte Autora postulou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, sinistro registrado sob o nº **3160176944**, obtendo o não processamento do pedido extrajudicial, em que pese a **NEGATIVA** injustificada por parte da promovida, restando à parte Promovente requerer a integralidade do seguro obrigatório, qual seja o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Consubstanciado a isso e pela análise das provas, não dúvida quanto ao fato, bem como suas consequências e o nexo causal que as une, pois esta documentalmente provada a lesão sofrida e a sua extensão.

### DO DIREITO

#### DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DA DIFERENÇA PAGA PELO SEGURO DPVAT

A questão vertente exige a exegese da norma constante dos artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11.945/09, pelo qual se depreende de modo inequívoco, havendo INVALIDEZ PERMANENTE, o valor da indenização deve ser de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser paga de acordo com o real grau de invalidez da vítima, que deverá ser através de perícia médica, que ora requer a parte autora.

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

Rua Horácio Nóbrega, SN, sala 3, Bairro Belo Horizonte- Posto Viola  
joseoliveira.advogado@gmail.com

KA





JOSÉ BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA  
OAB/PB 18.817

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - em caso de morte ou **invalidez permanente**; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

(...)

**Art.. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)**

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necrópsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora

(...)

Dessa forma, **restando comprovado o acidente de trânsito e as sequelas oriundas deste, faz jus a parte autora** ao recebimento do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NO VALOR DE ATÉ R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML  
COM A PETIÇÃO INICIAL – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA**

Rua Horácio Nóbrega, SN, sala 3, Bairro Belo Horizonte- Posto Viola  
joseoliveira.advogado@gmail.com

KA





A fim de garantir o princípio da celeridade processual, vale-nos ressaltar, de antemão, que a Lei 6.194/74 NÃO atribuiu ao laudo do Instituto Médico Legal (IML) o caráter de documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT nos casos de invalidez. Segundo o normatizado em seu art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A toda prova, tal verificação pode ser feita por perícia médica a ser realizada na fase de instrução. Na verdade, os documentos indispensáveis de que trata o art. 320 CPC devem ser entendidos apenas como aqueles necessários para a ação posso validamente ser proposta, sob o aspecto formal, não se confundindo com a atividade probatória, voltada a prova dos fatos alegados, que é atinente ao aspecto material.

#### **DA LEGITIMIDADE PASSIVA QUE PERMEIA A EMPRESA-RÉ:**

Conforme determina a lei nº 6.194/74 com as suas modificações dadas pela nova Lei nº. 11.482/07, o pagamento do DPVAT poderá ser efetuado junto a quaisquer umas das seguradoras que façam parte do Consórcio das Seguradoras, coordenada pela FENASEG, instituída pela Resolução 1/75 do CNPS.

Desse modo tem-se que a promovida figura neste rol de empresas, e assim possui legitimidade para figurar no rol de devedoras. Outro não é o entendimento exarado por nossos Tribunais, *in verbis*:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE AUTOMÓVEIS – DPVAT – As seguradoras privadas, integrantes do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e revigorado pela Lei nº 8.441/92, são responsáveis não só pelas indenizações por morte e invalidez permanente, como pelas despesas médico-hospitalares em caso de ferimento das vítimas, não estando desobrigadas de indenização nesses casos por efeito dos artigos 7º e 27 das Leis nºs. 7.604/87 e 8.212/91, respectivamente.**

*A destinação à seguridade social por efeito dessas leis, parte dos prêmios dos seguros obrigatórios, tem em vista apenas o custeio da assistência médico-hospitalar em estabelecimentos mantidos ou conveniados com a previdência social, dispensada esta, assim, do ônus de cobrar-se de tais despesas caso a caso das seguradoras, cobertos que são seus dispêndios da espécie com a aludida participação de uma parcela dos prêmios.*

*Direito do segurado ou seu sub-rogado de cobrar-se de tais gastos de qualquer das seguradoras integrantes do consórcio. Falta de impugnação específica dos custos de cada atendimento, torna-os presumidamente corretos (CPC, art. 302) Apelo desprovido. (TJSC –*





JOSÉ BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA  
OAB/PB 18.817

AC 47.951 – 4º C. Civil – Rel. Des. João José Schaefer – DJSC 05.04.95) IN: CD-Ron *júris síntese*. – Destaque nosso -

Ademais, veja-se o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA. FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVÂNCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso trona-se a imposição de limites por Resolução.** (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01) – Destaque nosso –

Ocorre que, as seguradoras exploradoras do seguro DPVAT, embora a existência de todo o amplo acervo de determinações constantes em lei, tendem a dificultar o pagamento e o resgate dos referidos valores, ao passo que o direito líquido e certo dos segurados encontram barreiras mantidas pela ampla estrutura e logística que envolvem tais empresas.

Pois bem, Excelência, a Promovente junta a presente demanda, toda a documentação exigida pela nossa legislação processual e demais documentos que comprovam a ocorrência do sinistro e sua posição legítima na relação, entretanto adstrito a facilidade que dispõe a lei procura a parte ré dificultar o pagamento e o adimplemento do seu dever de órgão segurador.

Assim, a liquidação do dito Seguro Obrigatório nas vias administrativas, referente ao exercício do acidente, tendem a ser procrastinado através do uso de invólucros e regras que afastam o sentido garantidor e célere presente na *legis*, restando o Poder Judiciário como único meio para a reivindicação e o adimplemento dos ditos valores possam efetivamente serem realizados.

Por tudo isso, vem o promovente, a este Douto Juízo a fim de ver adimplido o seu pleito, demonstrando ser pessoa legítima a figurar na relação que aqui se inicia, além de igualmente comprovar ser a parte ré, legítima devedora, de modo que todos os elementos que vislumbram a quitação do Seguro DPVAT, restaram todos comprovados restando assim o seu adimplemento como medida que se mostra legítima e extremamente necessária.

#### DOS PEDIDOS:

**EX POSITIS**, requer a total procedência da presente ação para condenar a empresa demandada no pagamento da **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, remanescente à título de Seguro Obrigatório-DPVAT, compreendendo a diferença entre o teto legalmente estabelecido e os valores recebidos pela via administrativa, haja vista não serem proporcionais à invalidez resultante do sinistro.

Requer também, caso julgue necessário, a designação da perícia médica para a fim de investigar a existência da invalidez permanente, bem como, a

Rua Horácio Nóbrega, SN, sala 3, Bairro Belo Horizonte- Posto Viola  
joseoliveira.advogado@gmail.com

KA







JOSÉ BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA  
OAB/PB 18.817

gravidade da lesão sofrida pela autora em cotejo com a tabela constante no anexo incluído pela Lei nº. 11.945/2009.

Que seja apresentado por parte da Seguradora demandada, cópia integral do processo administrativo na íntegra, sob pena de cominação de multa diária.

E, ainda, a aplicação de juros e correção monetária, a partir do evento danoso, ou seja, **22/08/2015**, bem como, a condenação da demandada no pagamento dos honorários advocatícios na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor da esperada condenação.

### **REQUERIMENTOS FINAIS**

A autora requer que lhe sejam concedidos os benefícios da gratuidade da justiça, diante da sua manifesta insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais, os honorários advocatícios e periciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, motivo pelo qual tais despesas merecem ser dispensadas nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC (Lei nº. 13.105/2015) e da Lei nº. 1.060/50.

Por mera liberalidade, o autor opta pela realização da audiência de conciliação ou de mediação, não se opondo à composição amigável da presente lide, nos termos do art. 319, inc. "VII" do NCPC, requerendo desde já a citação da empresa ré para comparecer na data e hora designadas e, não havendo autocomposição, apresente sua contestação no prazo legalmente determinado sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, e necessários, notadamente, através de novos documentos, além do depoimento pessoal das partes, perícia técnica e outros mais que vierem a surgir e que, desde já, ficam requeridos.

*Dá-se à causa o **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.*

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Patos – PB, 10/06/2016.

**José Bruno Queiroga de Oliveira**

**OAB/PB nº 18.817**

### **QUESITOS DA PARTE AUTORA:**

1. A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?
2. Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?
3. Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fratura(s)?

Rua Horácio Nóbrega, SN, sala 3, Bairro Belo Horizonte- Posto Viola  
joseoliveira.advogado@gmail.com

KA





JOSÉ BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA  
OAB/PB 18.817

4. Apresenta limitação funcional do(s) membros afetado(s)?
5. Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?
6. A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?
7. Queira o i. *expert* acrescentar o que entender devido.

Rua Horácio Nóbrega, SN, sala 3, Bairro Belo Horizonte- Posto Viola  
joseoliveira.advogado@gmail.com

KA



## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

**OUTORGANTE(S):** IDALBERTO DE SOUZA LOPES, brasileiro, solteiro, vendedor, portador do RG: 3041952 e CPF: 064.672.754 - 03, situado na Rua Tenente Barbosa, 06, Bairro: Pão de Açúcar, Cidade de Cajazeiras - PB, CEP: 588900-000.

**OUTORGADO:** DR. JOSÉ BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob o n.º 18.817, com Escritório Profissional situado na Av. Hordácio Nobrega, Posto Viola, sala 03 - Centro - Patos - PB, CEP 58.700-130.

**PODERES:** Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "ad judicium et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses da outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, reconhecer procedência de pedido, renunciar a direito no qual se funda ação agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda subestabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em especial para ajuizar ação de cobrança do SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) em face da seguradora LIDER DOS CONCORCIOS DE SEGUROS DPVAT.

CAJAZEIRAS/PB, 02 de junho de 2016.

Constituinte

*Idalberto de Souza Lopes*

Constituída

Av. Hordácio Nobrega, Posto Viola, sala 03 - Centro - Patos - PB, CEP 58.700-130



Av. Hordácio Nobrega, Posto Viola, sala 03 – Centro – Patos – PB. CEP 58.700-130

CAJAZEIRAS/PB, 02/JUNHO/2016.

*Idalberto de Souza Lopes*

E, por ser expressão da verdade, assinam o presente de próprio punho.

98 do Código de Processo Civil.

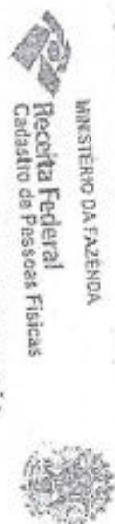
Requerio, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art.

Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da  
não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de  
Cajazeiras - PB, CEP 58900 000, declaro que, em razão de minha condição financeira,  
064.672.754-03, residente e domiciliada na Rua Tenente Barbosa, 06, Bairro: Plo x,  
Eu, IDALBERTO DE SOUZA LOPES, brasileiro, portadora do RG nº 3041952 e do CPF nº

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA





COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
064.672.754-03

Nome  
IDALBERTO DE SOUZA LOPES

Nascimento  
22/01/1986

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
BB1E82CA.AA75.9A7C

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na internet, no endereço:  
[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
em 17:55:55 de 19/05/2016 (hora e data de emissão)  
Código verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Idalberto de Souza Lopes*  
ASSINATURA DO TITULAR

CANTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Idalberto de Souza Lopes*  
ASSINATURA DO TITULAR

CANTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

212 914 - 119.32 80.088.14.120

086.1.10.22

ED - SARILEI

200270F/122296170

200270F/122296170





Av. Hordácio Nobrega, Posto Viola, sala 03 – Centro – Patos – PB. CEP 58.700-130

CAJAZEIRAS /PB, 02/06/2016.

Assinatura

*Idalberto de Souza Lopes*

E, por ser expressão da verdade, assinam o presente de próprio punho.

Eu, IDALBERTO DE SOUZA LOPES, brasileiro, portadora do RG nº 3041952 e do CPF nº 064.672.754 - 03, **DECLARO**, para comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que resido Na Rua Tenente Barbosa, 06, Bairro Pio x, Cidade de Cajazeiras, Estado Paraíba, CEP 58900-000. Declaro ainda, estar cliente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal

**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA**









Assinado eletronicamente por: JOSE BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA - 14/06/2016 11:15:07

<http://pje.tibb.ius.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16061411140371500000004024976>

Número do documento: 160614111403715000000004024976

Num. 4085572 - Pág. 1

[illegible]

### EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO:

**DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM:**

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:

DADOS VITAIS

MATERIAL E MEDICAMENTO UTILIZADO:

TRANSPORTE SECUNDARIO - DESTINO

MOTIVO DE TRANSPORTE

DESTINO DO PACIENTE:

**TIPO DE AGRAVO**

FICHA DE REGULAÇÃO MEDICA





SINGULAR

Processo: 16524 - Natureza: INVALIDEZ - Sinistro: 3160176944 - Nome: IDALBERTO DE SOUZA LOPES

Data	Descrição	Imprimir Andamentos
29/01/2016 17:02	PRÉ-CADASTRO NÃO ANALISADO	
29/01/2016 17:04	PRÉ-CADASTRO COM RESTRIÇÕES: APRESENTAR ADITAMENTO AO B.O., HAJA VISTO A SEGURADORA LIDER EXIGIR QUE SEJA DESCRITO O NOME DO PROPRIETARIO DO VEICULO NO MESMO.	
21/03/2016 14:47	PRÉ CADASTRO ANALISADO E APROVADO	
22/03/2016 17:38	Processo enviado para análise da Seguradora Lider	
19/05/2016 16:54	DE ACORDO COM O PARECER EMITIDO PELA SEGURADORA LIDER, O PROCESSO FOI NEGADO, NÃO CABENDO VALORES A SEREM PAGOS	
		Giovana Rotiva
		Jessica Vieira
		Poliana Weidle
		Dante Noroes
		Albuquerque
		Dante Noroes
		Albuquerque
		Usuário



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara de Cajazeiras**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801221-30.2016.8.15.0131

**DESPACHO**

Vistos, etc.

1. Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício ou capazes de autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§2º e 3º, NCPC).

2. Designo audiência de conciliação para o dia **27/07/2016 às 09:45 horas**, na sala de audiência da 4ª Vara. **Intimem-se** as partes. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com **multa de até dois por cento** da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

3. **Cite-se e intime-se** a parte ré, advertindo-o que o prazo para contestação (de 15 dias úteis) será contado a partir da realização da audiência, e que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

4. Cumpra-se.

CAJAZEIRAS, 29 de junho de 2016.

**SILSE MARIA DA NOBREGA TORRES**

Juíza de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara Mista de Cajazeiras**  
**Rua Comandante Vital Rolim, S/N, Centro, CAJAZEIRAS - PB - CEP: 58900-000**  
**CAJAZEIRAS()**

Nº do processo: 0801221-30.2016.8.15.0131

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO AUTOR (AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO)**

A MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Mista de Cajazeiras manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **INTIME-SE O AUTOR: IDALBERTO DE SOUZA LOPES**, brasileiro, solteiro, vendedor, residente e domiciliada na localidade na Rua Tenente Barbosa, nº 06, bairro do Pio X, Cajazeiras/PB, para comparecer a audiência de conciliação, instrução e julgamento, **na Sala: 4ª Vara Mista de Cajazeiras Data: 27/07/2016 Hora: 09:45horas**. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

CAJAZEIRAS, em 30 de junho de 2016.

De ordem, MARIA DO SOCORRO BEZERRA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

XXXXXXXXXXXXXX





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara de Cajazeiras**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801221-30.2016.8.15.0131

**DESPACHO**

Vistos, etc.

1. Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício ou capazes de autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§2º e 3º, NCPC).

2. Designo audiência de conciliação para o dia **27/07/2016 às 09:45 horas**, na sala de audiência da 4ª Vara. **Intimem-se** as partes. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com **multa de até dois por cento** da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

3. **Cite-se e intime-se** a parte ré, advertindo-o que o prazo para contestação (de 15 dias úteis) será contado a partir da realização da audiência, e que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

4. Cumpra-se.

CAJAZEIRAS, 29 de junho de 2016.

**SILSE MARIA DA NOBREGA TORRES**

Juíza de Direito



Poder Judiciário da Paraíba  
4ª Vara Mista de Cajazeiras  
Rua Comandante Vital Rolim, S/N, Centro, CAJAZEIRAS - PB - CEP: 58900-000  
CAJAZEIRAS

()

## CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0801221-30.2016.8.15.0131

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Ilmº Sr. Representante Legal da

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO

RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Mista de Cajazeiras, fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A)** por todos os atos do processo acima mencionado, e **intimado** para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação Sala: 4ª Vara Mista de Cajazeiras Data: 27/07/2016 Hora: 09:45**, na sala de audiência da 4ª Vara. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com **multa de até dois por cento** da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Advertindo-o que o prazo para contestação (de 15 dias úteis) será contado a partir da realização da audiência, e que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Segue nº documento ID nº 4085510 e despacho ID nº 4225556.

CAJAZEIRAS, em 30 de junho de 2016.

MARIA DO SOCORRO BEZERRA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO ID nº 4085510 e despacho ID nº 4225556.



## **CERTIDÃO**

Certifico que, deixei de intimar o autor Idalberto de Souza Lopes, em razão do mesmo não ser localizado no endereço constante do presente mandado. Dou fé.

CAJAZEIRAS

15 de julho de 2016

JOSE GUTEMBERG MEIRELES VIANA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara Mista de Cajazeiras**  
**Rua Comandante Vital Rolim, S/N, Centro, CAJAZEIRAS - PB - CEP: 58900-000**  
**CAJAZEIRAS( )**

Nº do processo: 0801221-30.2016.8.15.0131  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO AUTOR (AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO)**


A MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Mista de Cajazeiras manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **INTIME-SE O AUTOR: IDALBERTO DE SOUZA LOPES**, brasileiro, solteiro, vendedor, residente e domiciliada na localidade na Rua Tenente Barbosa, nº 06, bairro do Pio X, Cajazeiras/PB, para comparecer a audiência de conciliação, instrução e julgamento, **na Sala: 4ª Vara Mista de Cajazeiras Data: 27/07/2016 Hora: 09:45horas**. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

CAJAZEIRAS, em 30 de junho de 2016.

De ordem, MARIA DO SOCORRO BEZERRA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:**  
**XXXXXXXXXXXXXX**

Assinado eletronicamente por: **MARIA DO SOCORRO BEZERRA**  
 <http://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: **4245166**

  
16063011545895700000004180444





PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE CAJAZEIRAS  
4ª VARA

TERMO DE AUDIÊNCIA

Data	Hora	Processo	Natureza da audiência
27/07/2016	09h45	0801221-30.2016.815.0131	Instrução e Julgamento
Juíza de Direito:	Silse Maria da Nóbrega Torres		
Promovente	Idalberto de Souza Lopes		
Promovido	Seguradora Líder dos Consórcios S/A		
Advogado da Promovente	Dr José Bruno Queiroga de Oliveira		
Advogado do Promovido			
Presenças:	Do Advogado do promovente		
Ausência	Do promovente, do promovido		

**Iniciados os trabalhos**, foi constatada a ausência da parte autora, considerando que não fora encontrado quando da intimação, bem como da parte ré. **Pela MM Juíza foi dito:** A tentativa de composição restou inviável. À conclusão.

Nada mais havendo a tratar, determinou o MM. Juiz fosse o presente encerrado que vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_ Analista Judiciário, o digitei e subscrevi.

JUÍZA DE DIREITO

OFICIAL DE JUSTIÇA

PROMOVENTE

JOSE BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA  
ADVOGADO DO PROMOVENTE

PREPOSTO DO PROMOVIDO

ADVOGADO DO PROMOVIDO



**Poder Judiciário da Paraíba**



**4ª Vara Mista de Cajazeiras**  
**Rua Comandante Vital Rolim, S/N, Centro, CAJAZEIRAS - PB - CEP: 58900-000**  
**CAJAZEIRAS (PB)**

**TERMO DE AUDIÊNCIA ANEXO**

Processo: 0801221-30.2016.8.15.0131  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
Data e hora de realização: 2016-07-29 11:16:31.815  
AUTOR: IDALBERTO DE SOUZA LOPES





PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ilmº Sr. Representante Legal da  
Seguradora Líder dos Consórcios S/A  
Rua SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO  
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

UF PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

PJE 0801201-39-2016; 080122130/2016  
0801022-08-2016 - Audiência

NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE  
☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

EDIFÍCIO SEPAIM/PAZ/SEGURADORA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

08 JUL 2016

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENHADOR / N° DOCUMENT D'IDENTIFICATION DE L'ENTREPRENEUR  
RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIENTE: 20.033.962-1

Renato Luiz de Jesus Almeida  
Vanderlei Jacinto  
8.315.833-2

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186

7 6 5 4 3 2 1

BRASIL	UF	CIDADE / LOCALITE
4ª VARA DE CAJAZEIRAS-PB		
Av. Comandante Vital Rêgo, s/nº - Centro		
CEP 58.900-000 - Cajazeiras (PB)		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR		

ENDERECO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

h	:	h	:	h	:	h
TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON						
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT						
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT						

DJ 06263283 8 BR

AVISO DE RECEBIMENTO	AVIS CN07
AR	





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara de Cajazeiras**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801221-30.2016.8.15.0131

**DESPACHO**

Vistos, etc.

**Certifique** a escrivania se decorreu o prazo para contestação.

Cumpra-se.

CAJAZEIRAS, data e assinatura eletrônicas.

**SILSE MARIA DA NÓBREGA TORRES**

Juíza de Direito





AR DJ 06263283 8 BR





Assinado eletronicamente por: MARIA DO SOCORRO BEZERRA - 10/10/2016 09:43:29


<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16101009431444700000005222488>

Número do documento: 16101009431444700000005222488

Num. 5313799 - Pág. 1

AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE	
Ilmº Sr. Representante Legal da Seguiradora Líder dos Consórcios S/A Rua SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205	
UF	PAIS / PAYS
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	<input type="checkbox"/> EMS
<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION
PJE 0801201-39 - 2016; 080122130/2016 0801022-08 - 2016 Audiência	08 JUL 2016
EDIFÍCIO SEGURADORAS INFANSAGERIA	Renata Lúcia de Oliveira RG: 20.333.962-1 PC: 20.333.962-1
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	Vanderlei Jacinto RG: 8.315.833-2
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIENTE	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

		<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AVIS CNO7</b>		<b>AR</b>	
<b>DJ 06263283 8 BR</b>					
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT ____/____/____		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON ____/____/____ : ____h : ____h : ____h			
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT _____		_____			
PREENCHER COM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR _____ _____ _____					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE <b>4ª VARA DE CAJAZEIRAS-PB</b> Av. Cel. Ferreira Júnior - Comércio de Cajazeiras-PB Av. Comendante Vitalino, s/nº - Centro CEP 58.900-000 - Cajazeiras (PB)					
CIDADE / LOCALITÉ _____		UF _____		BRASIL BRÉSIL	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR _____ _____ _____					





Estado da Paraíba

Poder Judiciário

4ª Vara da Comarca de Cajazeiras

---

Av. Comandante Vital Rolim, sn, centro, Cajazeiras - PB. CEP: 58.900-000. Tel. (83 3531 1158)

---

**Blog:** [www.4varacajazeiras.blogspot.com](http://www.4varacajazeiras.blogspot.com) **E-mail:** [czs.4vara@tjpb.jus.br](mailto:czs.4vara@tjpb.jus.br)

---

Processo nº0801221-30.2016.8.15.0131

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao despacho documento ID nº 4934388, decorreu o prazo sem que a promovida apresentasse contestação.

Cajazeiras, 01 de março de 2017.

Maria do Socorro Bezerra

Técnica Judiciária





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara Mista de Cajazeiras**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801221-30.2016.8.15.0131

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Devidamente citada, a parte ré não apresentou contestação (ID 6784037. Dessa forma, decreto a sua REVELIA.

Intime-se a promovente para indicar as provas que pretende produzir, no prazo de 15 dias.

Cumpra-se.

CAJAZEIRAS, 13 de julho de 2017.

**SILSE MARIA DA NÓBREGA TORRES**

Juíza de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara Mista de Cajazeiras**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801221-30.2016.8.15.0131

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Devidamente citada, a parte ré não apresentou contestação (ID 6784037. Dessa forma, decreto a sua REVELIA.

Intime-se a promovente para indicar as provas que pretende produzir, no prazo de 15 dias.

Cumpra-se.

CAJAZEIRAS, 13 de julho de 2017.

**SILSE MARIA DA NÓBREGA TORRES**

Juíza de Direito



Anexo!



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CIVEL DA COMARCA DE CAJAZEIRAS/PB.**

**Processo nº 0801221-30.2016.8.15.0131**

**IDALBERTO DE SOUZA LOPES**, já devidamente qualificadas nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA** promovida em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, vem à presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho último (Id nº 8976323), dizer que pretende produzir as seguintes provas:

**1. DA NECESSIDADE DA PROVA PERICAL**

Nos termos do **Art. 464** e seguintes do Código de Processo Civil requer-se a avaliação médica ortopédica, a fim de constatar as irregularidades no parecer médico da Seguradora, incluindo-se nesta oportunamente os quesitos ao perito judicial a ser designado por Vossa Excelência.

Isso posto, requer-se a **CONFIRMAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO** do pedido probatório que consta dos autos.

Nestes termos, pede deferimento.

Riacho dos Cavalos, 06 de setembro de 2017.

**José Bruno Queiroga de Oliveira**

Advogado Inscrito na OAB/PB sob o n.º 18.817





**ANEXO - 1**

**APRESENTAÇÃO DOS QUESITOS AO PERITO JUDICIAL**

1. Queira o Sr. Perito informar se a vítima teve algum tipo de incapacidade laborativa ou funcional decorrente do acidente narrado na inicial?
2. Em relação à lesão, se existente, a mesma foi temporária ou permanente?
3. Caso permanente, informar qual (is) segmentos corporais afetados (s), de acordo com a Tabela instituída pela Lei 11.945/2009?
4. Quando à repercussão corporal respondida no quesito anterior, a incapacidade do membro(s) foi total ou parcial?
5. Se parcial, qual a graduação da repercussão de cada membro incapacitado, tendo em vista o estabelecimento no art. 3º, §1º, I e II da Lei 6.194/1974?

Nestes termos, pede deferimento.

Riacho dos Cavalos, 06 de setembro de 2017.

**José Bruno Queiroga de Oliveira**

Advogado Inscrito na OAB/PB sob o n.º 18.817



PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
4ª Vara Mista de Cajazeiras

---

**PROCESSO NÚMERO - 0801221-30.2016.8.15.0131**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: IDALBERTO DE SOUZA LOPES**

Advogado do(a) AUTOR: JOSE BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA - PB0018817

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

Advogado do(a) RÉU:

---

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Nomeio o Dr. **JAMACIR FERREIRA MOREIRA** (Profissão: Médico Área: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA Endereço: AV. CASTRO ALVES, 38, CENTRO - Cajazeiras/PB, CEP 58900-000 Telefone: (83) 3531-7034, E-mail: [contato@clinicaortop.com.br](mailto:contato@clinicaortop.com.br)) para proceder a perícia no requerente. O perito deve ser remunerado, conforme Resolução nº 03/2013 do TJ PB e Ato da presidência nº132/2015. Arbitro como honorários o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da nomeação do perito e para, querendo, indicar assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 465, § 1º, incisos I a III, do Código de Processo Civil. A parte autora apresentou quesitos (ID 9587647).

**Oficie-se** ao Perito nomeado para ciência do encargo, solicitando a indicação de dia, hora e local para a realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tempo necessário para intimação das partes. Encaminhe-se ofício pelo e-mail cadastrado no *site*. Encaminhem-se os quesitos judiciais conforme padrão e os quesitos oferecidos pelas partes.

Com a designação da data para realização da perícia, intemem-se as partes.



Caso seja indicado assistente técnico, dê-se ciência da data da perícia.

Após a realização da perícia, intmem-se as partes para se manifestarem acerca do laudo apresentando, no prazo de 15 (quinze) dias.

Juntado aos autos o laudo médico, expeça-se ofício requisitório do pagamento, atendendo ao disposto nos arts. 11 e 12 da Resolução TJPB 03/2013, convocando o perito, se necessário para prestar informações.

Expedientes necessários.

Cumpra-se.

ATRIBUO AO DESPACHO FORÇA DE MANDADO/OFÍCIO.

Cajazeiras, data e assinaturas eletrônicas.

**ANA FLÁVIA JORDÃO RAMOS**

**Juíza de Direito**



PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
4ª Vara Mista de Cajazeiras

---

**PROCESSO NÚMERO - 0801221-30.2016.8.15.0131**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR:** IDALBERTO DE SOUZA LOPES

Advogado do(a) AUTOR: JOSE BRUNO QUEIROGA DE OLIVEIRA - PB0018817

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU:

---

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Nomeio o Dr. **JAMACIR FERREIRA MOREIRA** (Profissão: Médico Área: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA Endereço: AV. CASTRO ALVES, 38, CENTRO - Cajazeiras/PB, CEP 58900-000 Telefone: (83) 3531-7034, E-mail: [contato@clinicaortop.com.br](mailto:contato@clinicaortop.com.br)) para proceder a perícia no requerente. O perito deve ser remunerado, conforme Resolução nº 03/2013 do TJ PB e Ato da presidência nº132/2015. Arbitro como honorários o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da nomeação do perito e para, querendo, indicar assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 465, § 1º, incisos I a III, do Código de Processo Civil. A parte autora apresentou quesitos (ID 9587647).

**Oficie-se** ao Perito nomeado para ciência do encargo, solicitando a indicação de dia, hora e local para a realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tempo necessário para intimação das partes. Encaminhe-se ofício pelo e-mail cadastrado no *site*. Encaminhem-se os quesitos judiciais conforme padrão e os quesitos oferecidos pelas partes.

Com a designação da data para realização da perícia, intimem-se as partes.



Caso seja indicado assistente técnico, dê-se ciência da data da perícia.

Após a realização da perícia, intuem-se as partes para se manifestarem acerca do laudo apresentando, no prazo de 15 (quinze) dias.

Juntado aos autos o laudo médico, expeça-se ofício requisitório do pagamento, atendendo ao disposto nos arts. 11 e 12 da Resolução TJPB 03/2013, convocando o perito, se necessário para prestar informações.

Expedientes necessários.

Cumpra-se.

ATRIBUO AO DESPACHO FORÇA DE MANDADO/OFÍCIO.

Cajazeiras, data e assinaturas eletrônicas.

**ANA FLÁVIA JORDÃO RAMOS**

**Juíza de Direito**



## CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte autora, intimada Expediente (2032551).

CAJAZEIRAS

7 de maio de 2019

MARIA DO SOCORRO BEZERRA



## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que deixei de expedir o ofício nº 219/2019, no PJE, em cumprimento ao despacho documento ID **15304408**, tendo em vista

que na opção de envio não apresenta por e-mail, bem como em razão disso, expedi no Word, assinando manualmente remetendo via e-mail ao perito nomeado, conforme faço

juntada a estes autos..

Cajazeiras, 08 de maio de 2019.

Maria do Socorro Bezerra

Técnica Judiciária





Ofício nº 219/2019





Estado da Paraíba  
Poder Judiciário  
**4ª Vara da Comarca de Cajazeiras**

Av. Comandante Vital Rolim, sn, centro, Cajazeiras - PB. CEP: 58.900-000. Tel. (83 3531 1158)  
Blog: [www.4varacajazeiras.blogspot.com](http://www.4varacajazeiras.blogspot.com) E-mail: [czs.4vara@tjpb.jus.br](mailto:czs.4vara@tjpb.jus.br)

Ofício nº 219/2019

Cajazeiras, 07 de maio de 2019

Ao

Ilmo. Sr. **Dr(a). Dr. JAMACIR FERREIRA MOREIRA**  
**Médico Ortopedista**  
Av. Castro Alves, nº 38, centro - Cajazeiras-PB  
**CAJAZEIRAS - PB**

**ASSUNTO: NOMEAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL**

Senhor(a) Médico(a) Perito(a),

De ordem do MM. Juiz de Direito em substituição na 4ª vara desta Comarca, Dr. Ricardo Henriques Pereira Amorim, comunico que, nos autos da Ação de PROCEDIMENTO COMUM nº **0801221-30.2016.815.0131** movida por **IDALBERTO DE SOUZA LOPES** contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, de acordo com o despacho documento ID nº **15304408**, Vossa Senhoria foi nomeado para proceder perícia médica na pessoa da parte autora, devendo responder os quesitos, bem como os quesitos deste juízo, e apresentados pelas partes, que seguem em anexo.

Outrossim, desde já, fica ciente para informar a este juízo acerca do local e horário para realização da perícia, com pelo menos **30 dias** de antecedência, para fins de conhecimento das partes, tempo necessário à intimação das partes.

Por fim, comunico a Vossa Senhoria que foram arbitrados honorários no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme Resolução nº 03/2013 do TJ PB e Ato da presidência nº132/2015. Segue em anexo cópia inicial, os quesitos apresentados pela parte autora (ID 9587647), Quesitos Juízo e despacho documento ID nº **15304408**.

Atenciosamente,

Maria do Socorro Bezerra  
**Técnica Judiciária**



Zimbra

czs.4vara@tjpb.jus.br

---

**Nomeação para realização de Perícia (Ofício nº 219/2019)**

---

**De :** 4A. VARA DE CAJAZEIRAS/PB  
<czs.4vara@tjpb.jus.br>

Qua, 08 de mai de 2019 09:36

📎 5 anexos

**Assunto :** Nomeação para realização de Perícia (Ofício nº 219/2019)

**Para :** contato@clinicaortop.com.br

Bom dia,  
Segue em anexo ofício nº 219/2019.

---

📎 **Quesitos do Juízo.pdf**  
46 KB

📎 **Anexo I . Quesitos para Pericia.pdf**  
137 KB

📎 **Despacho id 15304408 - proc. 0801221-30.2016.815.0131.pdf**  
31 KB

📎 **1 PETIÇÃO INICIAL IDALBERTO DE SOUZA LOPES.pdf**  
147 KB

📎 **ofício nº 2019-20019.pdf**  
45 KB

---

08/05/2019 09:38



## Marcação de Perícia





ORTOPEDIA & TRAUMATOLOGIA

**PROTOCOLO - 4º OFÍCIO**

Recebi nesta data às 07:55 h,  
em cartório, o presente documento

Cajazeiras, 28/05/2019

Analista / Técnico [assinatura] - 4º Ofício

Cajazeiras-PB, 22 de Maio de 2019

Ao Exmo(a) Sr(a) Juiz(a) de Direito da 4ª Vara da Comarca de Cajazeiras - PB

Assunto: Marcação de Perícia

Referindo-me ao Despacho do MM Juiz, informo que agendaremos para o dia 02 de Julho de 2019 às 08:00h a realização da perícia médica do Sr. IDALBERTO DE SOUZA LOPES, Proc. Nº 0801221-30.2016.815.0131. O referido paciente deverá comparecer com pelo menos 30 minutos de antecedência no endereço R. Castro Alves nº 38, centro, Cajazeiras - PB, portando todos os exames médicos relacionados à patologia.

Solicito, que os honorários periciais sejam arbitrados no valor de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**. A justificativa para o arbitramento dos honorários periciais em valor superior ao máximo fixado na resolução nº 3/2013 TJ/PB Ato da Presidência nº 132/2015 (R\$ 200,00), leva em consideração enorme dificuldade de encontrar médico disposto a realizar a perícia neste valor, lembrando que a perícia agrega a consulta do paciente, a elaboração do laudo, no qual devem ser respondidos os quesitos das partes e, por vezes, os quesitos complementares, impugnações e questionamentos dos advogados das partes.

Ademais, trata-se de médico com Especialização em Ortopedia e Traumatologia, de sorte que ostenta currículo a exigir remuneração digna e entusiasmo para auxiliar o Judiciário em tão relevante e indispensável mister, em face da permissão contida no parágrafo único do art. 28, da Resolução acima mencionada.

Em caso de aceitação do valor proposto, que prossigam-se os trâmites legais para a marcação dessa perícia, na data acima mencionada.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
Dr. Jamacir Ferreira Moreira  
Ortopedista e Traumatologista  
Título de Especialista pela SBOT  
CRM-PB 8344

Dr. Jamacir Ferreira Moreira

Médico

Rua Castro Alves, 38 - Centro (em frente ao Hospital Regional) Cajazeiras - PB  
www.clinicaortop.com.br | contato@clinicaortop.com.br  
(83) 3531-7034 | 99112-9889 (Claro e WhatsApp) | 99628-7561 (Tim)



## Marcação de Perícia

